



Controladoria Geral do Estado de São Paulo

MANHÃ

AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE CORREIÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

PROVA TIPO 3



SUA PROVA

- Além deste caderno de questões contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluídos a marcação do cartão de respostas e o texto definitivo da questão discursiva.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções de preenchimento.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira o programa, a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com programa ou tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição do cartão de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e o texto redigido na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Língua Portuguesa

1

Leia o seguinte texto, retirado de uma história infantil:

Era uma vez um poderoso rei chamado Uriel, que vivia num majestoso castelo ao norte do reino de Mantrifás. O rei tinha uma corte de valorosos cavaleiros que se reuniam numa sala de cristal toda vez que havia de deliberar-se sobre os assuntos mais importantes de um reino.

Sobre a significação ou a estruturação desse fragmento textual, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As expressões “um poderoso rei” e “num majestoso castelo” mostram ser a primeira vez em que são citadas.
- (B) “O rei” mostra que o personagem referido já foi anteriormente citado e é conhecido do leitor.
- (C) O pronome relativo “que” – que se reuniam – tem por antecedente o substantivo “corte”.
- (D) “de um reino” mostra erro de construção, pois o reino já foi mencionado, devendo, portanto, ser precedido de “de o reino”.
- (E) “numa sala de cristal” mostra que o termo referido – sala de cristal – não tem qualquer importância no enredo.

2

As opções a seguir apresentam cinco exemplos de inícios de narrativas literárias.

Assinale a que mostra um início em que há preocupação com a identificação das realidades referidas.

- (A) *Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos.* (Dom Casmurro, Machado de Assis)
- (B) *Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba; verdes mares que brilham como líquida esmeralda aos raios do Sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros. Serenai verdes mares, e alisai docemente a vaga impetuosa, para que o barco aventureiro manso resvale à flor das águas.* (Iracema, José de Alencar)
- (C) *João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro do Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos, que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro.* (O Cortiço, Aluísio Azevedo)
- (D) *Naquela noite de março, desabrida e húmida, uma grande animação fervilhava alacremenente ao fundo da Rua do Salitre. Era em 1867. Frente a frente, as Variedades e o Circo Price alinhavam os seus bicos de gás festeiros, a que as vergastadas do noroeste impunham um tremelilhar inquieto.* (O Barão de Lavos, Abel Botelho)
- (E) *A morte de Afonso VI, rei de Leão e Castela, quase no fim da primeira década do século XII, deu origem a acontecimentos ainda mais graves do que os por ele previstos no momento em que ia trocar o brial de cavaleiro e o cetro de rei, pela mortalha com que o desceram ao sepulcro no Mosteiro de Sahagun.* (O Bobo, Alexandre Herculano)

3

Lei o texto a seguir.

O presidente da ultraliberal União da Política Real, Janus Mikke, partidário do endurecimento do Código Penal e porta-voz incansável da luta contra a delinquência na Polônia, protagonizou ontem um episódio próprio de uma película do famoso agente 007. O político polonês prendeu pessoalmente dois ladrões. O incidente teve lugar no centro de Varsóvia. Quando desceu do ônibus em que viajava, Janus Mikke se deu conta de que dois indivíduos que tinham estado no ônibus com ele lhe haviam roubado o telefone celular. Rendeu-os, mas como os dois ladrões tentaram fugir, ele mesmo iniciou uma perseguição pelas ruas de Varsóvia até efetuar a prisão.

El País, 29/04/1999.

Sobre a significação ou a estruturação do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto exemplifica o modo narrativo de organização discursiva.
- (B) O primeiro período do texto identifica claramente para o leitor as razões de o personagem ter sido roubado.
- (C) A referência ao “famoso agente 007” só faz sentido, contando-se com o conhecimento de mundo do leitor.
- (D) O termo “incidente” está mal-empregado no texto, devendo ser substituído por “acidente”.
- (E) A informação “pelas ruas de Varsóvia” contraria informações anteriores do texto.

4

Assinale a opção em que se cometeu um **erro** no emprego de palavras parônimas ou homônimas.

- (A) Fábio não é mau motorista.
- (B) Fomos todos ao teatro para ver o conserto.
- (C) Já está na hora de cozer o bacalhau.
- (D) Devemos retificar a informação errada.
- (E) O prisioneiro ficou trancado na cela.

5

Leia o texto a seguir.

Diante da agência dos Correios havia uma oficina de carpintaria e uma loja de roupa infantil. Tanto a oficina como a loja estavam afetadas pelo plano de urbanização da zona, mas aquela, não estava previsto derrubá-la, até meados de abril.

Em relação à significação ou à estruturação desse fragmento textual, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O trecho “uma oficina de carpintaria” indica uma primeira vez em que é mencionada uma entidade que o emissor considera desconhecida pelo receptor.
- (B) Em “a oficina”, no segundo período, mostra-se a mesma entidade como já conhecida, por já ter sido mencionada no período anterior.
- (C) O pronome pessoal “la” leva o leitor a identificar um estabelecimento específico já conhecido.
- (D) O pronome demonstrativo “aquela” se refere ao segundo dos elementos citados (loja).
- (E) O emprego do artigo definido ou do demonstrativo obriga o leitor a recuperar uma menção anterior de elemento conhecido.

6

Nas opções a seguir há termos destacados que são referidos de forma **diferente** na continuidade do texto.

Assinale a opção em que essa referência é feita por um termo geral.

- (A) Vou usar o computador com reserva. Esse equipamento invade a privacidade humana.
- (B) Forças ocultas existem. A principal delas é a lei da gravidade.
- (C) Os homens se fascinam pela nova tecnologia, mesmo se não sabem para que a querem.
- (D) O controle da natalidade é algo que não se pode conceber.
- (E) O Universo é uma esfera infinita, cujo centro está em toda parte e cuja circunferência não se encontra em parte alguma.

7

Assinale a frase em que o termo sublinhado é referencialmente identificado, de forma eficiente, para o leitor.

- (A) O autor, durante o lançamento de sua nova obra, negou-se a dar declarações à imprensa.
- (B) Guilherme Costa nasceu na madrugada do dia 28 de agosto do ano passado.
- (C) Guimarães Rosa, nosso grande romancista, iniciou sua carreira literária pela poesia.
- (D) O porteiro do prédio é bastante educado, atendendo gentilmente a todos os moradores.
- (E) O livro, por suas qualidades revolucionárias, foi um sucesso de livraria e teve várias edições.

8

Leia o texto a seguir.

Os pés do homem se afundaram na areia, deixando uma marca informe, como se fosse a pegada de algum animal. Treparam sobre as pedras, usando as unhas ao sentirem a inclinação da subida, logo caminharam para cima, buscando o horizonte.

‘Pés chatos’ – disse o que o seguia. E um dedo de menos. Falta-lhe o dedo central no pé esquerdo. Não abundam indivíduos com essa marca. Assim será fácil.

A **estranheza** presente nesse texto, que é o início de um romance, decorre

- (A) da falta de informações, que gera uma dificuldade de leitura.
- (B) do uso de expressões referenciais que aludem a personagens ainda não mencionados.
- (C) de, entre os dois primeiros períodos, não haver qualquer relação lógica do enredo.
- (D) da presença de uma fala sem sentido, já que não há interlocutores mencionados.
- (E) dos dois parágrafos falarem de temas diferentes, sem nenhuma ligação lógica entre eles.

9

As opções a seguir mostram orações adjetivas sublinhadas. Assinale a opção que apresenta a substituição adequada de uma oração por um adjetivo.

- (A) Primeiro faça o que deve ser feito. Depois pode morrer. / o inevitável
- (B) Os homens dão um valor muito maior àquilo que deixaram de ganhar. / desprezado
- (C) A vida é bicicleta com câmbio de dez velocidades. A maioria de nós tem marchas que nunca usa. / inutilizadas
- (D) Viver é reconhecer todas as tolices que fizemos no dia anterior. / vivenciadas
- (E) O mundo é perigoso não por causa daqueles que fazem o mal, mas por causa daqueles que veem e deixam o mal ser feito. / maldosos

10

Leia o texto a seguir.

Belo Horizonte, a capital de Minas Gerais, foi palco de um brutal crime transfóbico, registrado pelas câmeras de segurança na região de Venda Nova.

Nas imagens, é possível ver Christina Maciel Oliveira, de 45 anos, caminhando tranquilamente quando, de repente, é golpeada por Matheus Henrique Santos Rodrigues, de 24 anos.

A mulher é derrubada por Matheus, que, em seguida, inicia uma sequência de chutes e pisadas na cabeça de Christina, que desmaia. Após o espancamento, o homem pega seu chinelo e sai caminhando tranquilamente.

Pessoas que presenciaram o crime acionaram o SAMU e a polícia. Os agentes de socorro tentaram reanimar Christina, mas ela não resistiu e morreu no local.

Matheus Henrique Santos Rodrigues foi localizado a poucos metros da cena do crime e preso em flagrante pelos policiais.

Fórum 21/10/2025.

Sobre o processo de referenciação no texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) No primeiro parágrafo do texto, os termos “Belo Horizonte” e “Venda Nova” foram adequadamente identificados.
- (B) Os dois nomes próprios do texto foram identificados apenas pela presença dos sobrenomes e das idades.
- (C) O termo “nas imagens” é identificado pela presença comum de câmeras de segurança em todos os pontos das cidades.
- (D) Os termos “A mulher” e “o homem” se referem a termos anteriores pelo critério de identificação sexual.
- (E) O termo “pessoas” é empregado de forma totalmente vaga, sem qualquer identificação.

11

Assinale a opção que apresenta o texto que deve ser incluído entre os narrativos.

- (A) A casa ficava localizada no centro da rua, com um enorme quintal cheio de árvores frutíferas.
- (B) Não acho que colocar as escolas públicas em horário integral seja o caminho para melhorar a educação.
- (C) Não faça aos outros o que você não quer que lhe façam.
- (D) A torre da igreja sobressaía na paisagem, vista de longe.
- (E) O carteiro entrou na rua e distribuiu rapidamente a correspondência pelas poucas casas.

12

Assinale a frase que mostra uma construção correta.

- (A) Qualquer que sejam os motivos para a ausência, a atitude dele não foi bem-vista.
- (B) É nos editoriais aonde se manifesta mais claramente a ideologia de um jornal.
- (C) Pelé declarou certa vez que em sua vida não havia feito outra coisa que preocupar-se com sua forma física.
- (D) Este é um dos edifícios sobre que se deve reforçar as colunas.
- (E) O relatório comprova que três de cada dez eleitores votam em candidatos jovens.

Língua Inglesa

Read the following text and answer the questions.

Artificial Intelligence: The “lethal trifecta”

LARGE LANGUAGE MODELS (LLMs), a trendy way of building artificial intelligence, have an inherent security problem: they cannot separate code from data. As a result, they are at risk of a type of attack called a prompt injection, in which they are tricked into following commands they should not. Sometimes the result is merely embarrassing, as when a customer-help agent is persuaded to talk like a pirate. On other occasions, it is far more damaging.

The worst effects of this flaw are reserved for those who create what is known as the “lethal trifecta”. If a company, eager to offer a powerful AI assistant to its employees, gives an LLM access to untrusted data, the ability to read valuable secrets and the ability to communicate with the outside world at the same time, then trouble is sure to follow. And avoiding this is not just a matter for AI engineers. Ordinary users, too, need to learn how to use AI safely, because installing the wrong combination of apps can generate the trifecta accidentally.

Better AI engineering is, though, the first line of defence. And that means AI engineers need to start thinking like engineers, who build things like bridges and therefore know that shoddy work costs lives.

The great works of Victorian England were erected by engineers who could not be sure of the properties of the materials they were using. In particular, whether by incompetence or malfeasance, the iron of the period was often not up to snuff. As a consequence, engineers erred on the side of caution, overbuilding to incorporate redundancy into their creations. The result was a series of centuries-spanning masterpieces.

AI-security providers do not think like this. Conventional coding is a deterministic practice. Security vulnerabilities are seen as errors to be fixed, and when fixed, they go away. AI engineers, inculcated in this way of thinking from their schooldays, therefore often act as if problems can be solved just with more training data and more astute system prompts.

These do, indeed, reduce risk. The cleverest frontier models are better at spotting and refusing malicious requests than their older or smaller cousins. But they cannot eliminate risk altogether. Unlike most software, LLMs are probabilistic. Their output is driven by random selection from likely responses. A deterministic approach to safety is thus inadequate. A better way forward is to copy engineers in the physical world and learn to work with, rather than against, capricious systems that can never be guaranteed to function as they should. That means becoming

happier dealing with unpredictability by introducing safety margins, risk tolerance and error rates.

Overbuilding in the AI age might, for instance, mean using a more powerful model than is needed for the task at hand, to reduce the risk it will be tricked into doing something inappropriate. It might mean imposing limits on the number of queries LLMs can take from external sources, calibrated to the risk of damage from a malicious query. And mechanical engineering emphasises failing safely. If an AI system must have access to secrets, then avoid handing it the keys to the kingdom.

In the physical world, bridges have weight limits – even if they are not always stated clearly to drivers. And, importantly, these are well within the actual tolerances that calculations suggest a bridge will bear. The time has now come for the virtual world of AI systems to be similarly equipped.

Adapted from *The Economist*, September 27th, 2025, p. 10

13

The author compares AI and 19th century engineers to argue that the latter were

- (A) overcareful.
- (B) overworked.
- (C) oversensitive.
- (D) overqualified.
- (E) overpowering.

14

By referring to LLMs as *a trendy way of building artificial intelligence* (1st paragraph), the author implies they are

- (A) meticulously elaborate.
- (B) consistently reliable.
- (C) remarkably precise.
- (D) relatively efficient.
- (E) currently popular.

15

The word *tricked* (1st paragraph) means that LLMs can be

- (A) trained.
- (B) updated.
- (C) designed.
- (D) deceived.
- (E) supported.

16

The metaphor used in *avoid handing it the keys to the kingdom* (7th paragraph) means avoid giving the system

- (A) full control.
- (B) limited data.
- (C) pointless prompts.
- (D) ethical boundaries.
- (E) restricted permission.

17

Based on the text, mark the statements below as true (T) or false (F).

- I. AI models are watertight when it comes to safety risks.
- II. Bridges built in the Victorian Age were proven to be quite fragile.
- III. A deterministic model does not deal with randomness.

The statements are, respectively,

- (A) T – T – F.
- (B) F – T – F.
- (C) F – F – T.
- (D) F – T – T.
- (E) T – F – T.

18

The phrase *shoddy work costs lives* (3rd paragraph) refers to work that is

- (A) challenging.
- (B) expensive.
- (C) thorough.
- (D) tedious.
- (E) poor.

19

The text concludes that the Victorian engineers' decision

- (A) was too rash.
- (B) should be heeded.
- (C) will soon be forgotten.
- (D) has proven to be unsound.
- (E) must be better substantiated.

20

Introducing in by introducing safety margins (6th paragraph) is similar in meaning to

- (A) taking out.
- (B) going over.
- (C) bringing in.
- (D) wrapping up.
- (E) running through.

Fundamentos de Auditoria Governamental

21

Nos trabalhos de avaliação, as questões de auditoria formuladas, os critérios adotados, as técnicas, a natureza e a extensão dos testes necessários para identificar, analisar, avaliar e documentar as informações durante a execução do trabalho, devem estar contidas no documento denominado

- (A) Matriz de Responsabilização.
- (B) Matriz de Achados.
- (C) Programa de Trabalho.
- (D) Plano de Evidências.
- (E) Plano de Ação.

22

Para realização de uma auditoria interna governamental tendo por objeto a prestação de serviços de engenharia de obras hídricas, foi designada uma equipe de auditores que, em seu conjunto e individualmente, não possuía as qualificações e os conhecimentos necessários à realização desse trabalho.

Nessa hipótese, assinale a opção que indica corretamente o requisito exigido no Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental que foi violado quando da designação dos membros da equipe.

- (A) Eficiência.
- (B) Proficiência.
- (C) Objetividade.
- (D) Especialidade.
- (E) Imparcialidade.

23

Acerca da supervisão da atividade de auditoria interna governamental, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O Responsável pela Unidade de Auditoria Interna Governamental tem a responsabilidade geral e indelegável pela supervisão dos trabalhos de auditoria interna.
- II. A supervisão deve ser exercida durante todo o trabalho, desde o planejamento até o monitoramento das recomendações emitidas.
- III. A intensidade da supervisão independe da proficiência e da experiência dos auditores internos governamentais, sendo uma responsabilidade profissional decorrente do controle de qualidade da atividade de auditoria.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

24

Sobre a atividade de gerenciamento de riscos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O processo de gerenciamento dos riscos é responsabilidade da alta administração e do conselho, se houver, e deve alcançar toda a organização.
- II. O auditor interno governamental deve buscar identificar potenciais riscos de fraude e verificar se a organização possui controles para tratamento desses riscos.
- III. Os auditores internos governamentais devem participar efetivamente do gerenciamento dos riscos, avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos controles internos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

25

José, servidor da Administração Pública Estadual, foi designado para exercer as funções de identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos aos objetivos organizacionais.

Assinale a opção que indica corretamente a linha de defesa a que se relacionam as funções atribuídas a José.

- (A) Segunda linha.
- (B) Auditoria Interna.
- (C) Governança.
- (D) Primeira linha.
- (E) Terceira linha.

26

Os auditores internos governamentais devem se comportar com cortesia e respeito no trato com pessoas, mesmo em situações de divergência de opinião, abstendo-se de emitir juízo ou adotar práticas que indiquem qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Assinale a opção que indica o princípio fundamental para a prática da atividade de Auditoria Interna Governamental que exige esse comportamento dos auditores internos.

- (A) Carisma.
- (B) Eficiência.
- (C) Integridade.
- (D) Zelo profissional.
- (E) Independência funcional.

27

Ao realizar um trabalho de auditoria interna, a equipe aplicou as técnicas de auditoria a seguir.

- I. Verificar os registros de documentos ou de ativos, com a finalidade de formar opinião quanto à existência física do objeto examinado;
- II. Obter de declaração formal e independente de partes externas a respeito de fatos ligados às operações da Unidade Auditada;
- III. Selecionar primeiramente as transações e, em seguida, verificar se existe de fato a documentação que lhe serve de base e, por conseguinte, se aquela transação ocorreu.

Assinale a opção que indica corretamente, na ordem apresentada, as técnicas de auditoria empregadas pela equipe.

- (A) Inspeção, Circularização e *Vouching*.
- (B) Observação, Auditoria e Verificação.
- (C) Observação, Circularização e Confirmação.
- (D) Observação, Inspeção e Confirmação.
- (E) Inspeção, Circularização e Rastreamento.

28

Os requisitos éticos representam valores aceitáveis e esperados em relação à conduta dos auditores internos governamentais. Considerando as disposições do referencial técnico da atividade de auditoria interna governamental, relacione os requisitos éticos listados a seguir aos seus respectivos comportamentos.

- I. Autonomia Técnica.
 - II. Integridade e comportamento .
 - III. Objetividade.
- () Os auditores internos governamentais devem ser capazes de lidar de forma adequada com pressões ou situações que possam resultar em ganhos pessoais ou organizacionais inadequados.
- () Caso o Responsável pela UAIG tenha atribuições de gestão externas à atividade de auditoria interna, o trabalho de avaliação sobre os processos pelos quais foi responsável deve ser supervisionado por uma unidade externa à auditoria interna.
- () Os auditores devem declarar impedimento nas situações que possam afetar o desempenho das suas atribuições.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) I – II – III.
- (B) II – I – III.
- (C) III – II – I.
- (D) II – III – I.
- (E) I – III – II.

29

O Responsável pela UAIG deve zelar pela adequação e disponibilidade dos recursos necessários (humanos, financeiros e tecnológicos) para o cumprimento do Plano de Auditoria Interna. Para isso, os recursos devem ser suficientes, apropriados e eficazmente aplicados.

Considerando as disposições do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, os recursos são considerados apropriados quando

- (A) são utilizados de forma a atingir os objetivos do trabalho.
- (B) apresentam-se em quantidade necessária para a execução dos trabalhos.
- (C) reúnem as competências, as habilidades e os conhecimentos técnicos requeridos pela auditoria.
- (D) constam do programa de auditoria interna governamental devidamente aprovado pela autoridade competente.
- (E) incluem os recursos humanos, tecnológicos, financeiros e materiais em quantidade suficiente para atendimento dos objetivos do trabalho.

30

Uma equipe de auditores foi designada para realizar um trabalho que exigia a utilização de seus conhecimentos relativos à governança, ao gerenciamento de riscos e aos controles internos.

Dentre outras atividades, o trabalho consistia em apoiar a unidade organizacional no processo de redesenho de controles e de procedimentos para uma nova área e na criação, expansão e aperfeiçoamento de políticas públicas que ficariam sob responsabilidade desta nova área.

Assinale a opção que indica corretamente o tipo de trabalho realizado pela equipe de auditoria interna governamental.

- (A) Apuração.
- (B) Avaliação.
- (C) Capacitação.
- (D) Orientação.
- (E) Facilitação.

31

O planejamento da Auditoria Governamental é fundamental para que o trabalho seja realizado com eficiência e eficácia.

Em relação às atividades realizadas pelo auditor interno nos trabalhos de auditoria governamental, avalie os itens a seguir.

- I. Analisar preliminarmente o objeto da Auditoria.
- II. Documentar as evidências e o registro dos achados de Auditoria.
- III. Definir o objetivo e o escopo do trabalho.

Está correto o que se apresenta em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

32

A obrigação dos agentes e das organizações que gerenciam recursos públicos de assumir integralmente as responsabilidades por suas decisões e pela prestação de contas de sua atuação de forma voluntária, inclusive sobre as consequências de seus atos e omissões, é denominada

- (A) *Democracy*.
- (B) *Accountability*.
- (C) Responsividade.
- (D) Controle Interno.
- (E) *Public Service Orientation*.

Noções de Direito Constitucional

33

João, servidor público estadual, foi detido por agentes das forças de segurança pública sob o argumento de estar em situação em de flagrante delito pela prática de determinada infração penal. Essa infração penal, ao ver da defesa de João, era manifestamente inconstitucional, considerando a existência de vícios no respectivo processo legislativo, que não observara o bicameralismo.

Apesar dos argumentos apresentados, a prisão foi mantida pelo Juízo monocrático, sendo denegado o *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de Justiça, sendo o acórdão, ao ver da defesa, dissonante da Constituição da República.

Sobre o referido acórdão, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) É irrecorrível.
- (B) Pode ser objeto de recurso a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) Pode ser objeto de recurso a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Pode ser objeto de reclamação a ser apreciado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (E) Somente pode ser objeto de pedido de reconsideração a ser apreciado pelo Tribunal de Justiça.

34

A partir de uma informação anônima, fiscais vinculados à Secretaria competente do Poder Executivo Estadual constataram que João estava desenvolvendo certa atividade econômica sem prévia autorização do Poder Público.

Notificado para prestar esclarecimentos, João informou inexistir uma lei disciplinando a referida atividade ou mesmo previsão legal de que a referida solicitação deveria ser formulada.

O chefe do setor de fiscalização, ao analisar os fatos, concluiu corretamente que

- (A) a exigência de autorização de órgãos públicos para o exercício da atividade econômica é medida que pressupõe integração legislativa.
- (B) a autorização do Poder Público para que João desempenhe atividade econômica somente pode ser exigida caso ele seja estrangeiro.
- (C) a exigência de autorização do Poder Público para o desempenho de atividade econômica decorre de comando constitucional, sensível à função social da empresa.
- (D) o princípio constitucional da livre iniciativa evidencia que a exploração de atividade econômica não pode ser condicionada à prévia autorização do Poder Público.
- (E) a prevalência do interesse público sobre o particular evidencia que João não pode desempenhar a atividade sem prévia autorização, caso os órgãos de fiscalização concluam pela sua necessidade.

35

Entre os servidores públicos do Estado *Sigma*, iniciou-se um movimento com o objetivo de construir um referencial de isonomia remuneratória, de modo a estimular a atuação funcional e a aumentar a produtividade.

Sensível aos objetivos do movimento, um grupo de Deputados Estaduais apresentou proposição legislativa para uniformizar o teto remuneratório constitucional no âmbito das estruturas estatais de poder, ressalvadas apenas as exceções da Constituição da República.

Sobre a uniformização pretendida, à luz da sistemática constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser realizada, mas não pode alcançar os membros do Poder Legislativo.
- (B) Pode ser realizada, mas o teto fixado não pode ultrapassar o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (C) É uma exigência constitucional, devendo ser observado, como limite máximo, o subsídio do Governador do Estado *Sigma*.
- (D) É incompatível com a sistemática constitucional, que prevê a existência de subtetos variáveis entre os entes subnacionais.
- (E) Pressupõe a edição de emenda constitucional e não pode alcançar membros e servidores do Poder Judiciário estadual, cujo teto é o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

36

No âmbito do Poder Executivo do ente subnacional *Delta*, foi instituído um grupo de trabalho com o objetivo de verificar a viabilidade jurídica, econômica e financeira de se instituir um regime próprio de Previdência Social para os servidores públicos estaduais ocupantes de cargos de provimento efetivo.

O mesmo grupo também analisaria a possibilidade de serem previstos requisitos de idade e tempo de contribuição diferenciados para a aposentadoria dos servidores que sejam efetivamente expostos, em sua atuação, a agentes químicos, físicos e biológicos.

Ao final dos debates, o grupo concluiu corretamente, em conformidade com a sistemática estabelecida pela Constituição da República, que

- (A) a realização dos objetivos desejados não é admitida.
- (B) a realização dos objetivos desejados está situada na esfera de autonomia política de *Delta*.
- (C) a realização dos objetivos desejados é uma determinação constitucional, de modo que *Delta* está em mora legislativa.
- (D) a criação do regime próprio de Previdência Social é vedada, mas a previsão de critérios diferenciados, para os servidores indicados, é uma faculdade de *Delta*.
- (E) a criação do regime próprio de Previdência Social é admitida, mas a previsão de critérios diferenciados para certos servidores públicos afronta a isonomia.

37

O Chefe do Poder Executivo do Estado *Sigma* encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa no qual criava novos cargos em comissão de simbologia XX, já existente na referida estrutura, e aumentava sua remuneração em 10% (dez por cento).

No âmbito do Poder Legislativo, foram votadas e aprovadas três emendas parlamentares. A primeira emenda instituiu uma gratificação de produtividade para os ocupantes dos referidos cargos em comissão. A segunda, aumentou a remuneração em apenas 9% (nove por cento). Por fim, a terceira criou um órgão de controle interno, no âmbito do Poder Executivo, para aferir a produtividade dos ocupantes de cargos em comissão. Ao fim do processo legislativo, foi editada a Lei nº Y, cuja constitucionalidade foi contestada por um partido político de oposição ao governo.

Em relação às emendas aprovadas

- (A) todas são constitucionais.
- (B) apenas a primeira emenda é constitucional.
- (C) apenas a segunda emenda é constitucional.
- (D) apenas a primeira e a terceira emendas são constitucionais.
- (E) apenas a segunda e a terceira emendas são constitucionais.

38

Em matéria de controle interno, no contexto da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, de acordo com a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os órgãos de controle interno serão compostos de auditores, conselheiros de Tribunais de Contas e membros do Ministério Público de Contas, com independência técnica funcional.
- (B) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (C) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, desde que constituído há pelo menos um ano, é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- (D) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, entre outros, exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (E) O sistema de controle interno objetivará a avaliação do cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, devendo remeter ao Tribunal de Contas relatórios parciais semestrais de acompanhamento.

39

O Estado *Alfa* editou a Lei Complementar nº X, dispondo sobre determinados aspectos afetos ao controle da execução orçamentária, que ainda não tinham sido disciplinados em norma infraconstitucional.

Os órgãos de controle interno vinham aplicando regularmente a Lei Complementar nº X, quando sobreveio a Lei Complementar Federal nº Y, editada pela União, que tinha conteúdo diverso.

Após amplos debates a respeito da lei a ser observada, os órgãos de controle interno concluíram corretamente que

- (A) a Lei Complementar nº Y deve ser observada em detrimento da Lei Complementar nº X, a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte.
- (B) a Lei Complementar nº X invadiu esfera de competência privativa da União; logo, era inconstitucional, quadro que permaneceu inalterado com a promulgação da Lei Complementar nº Y.
- (C) a Lei Complementar nº Y somente tem preeminência sobre a Lei Complementar nº X, no campo da aplicação, na parte em que buscou estabelecer o alicerce normativo básico a ser observado por todos os entes federativos.
- (D) a presença do conflito normativo deve ser resolvida com base no princípio da preeminência do interesse, de modo que a Lei Complementar nº X deve ser aplicada em detrimento dos preceitos de caráter mais amplo da Lei Complementar nº Y.
- (E) a Lei Complementar nº X somente seria constitucional caso fosse editada a partir de autorização da União, veiculada em lei complementar; logo, com a edição da Lei Complementar nº Y, essa autorização foi tacitamente revogada, o mesmo ocorrendo com a Lei Complementar nº X.

40

A Constituição do Estado *Alfa* foi alterada e o seu Art. X passou a dispor que, no âmbito da Assembleia Legislativa, será criada uma comissão permanente de articulação e controle interinstitucional, que será responsável por manter diálogo permanente com as estruturas estatais de poder de nível estadual, aglutinar as informações decorrentes do controle realizado pelo Poder Legislativo, e contribuir para o aperfeiçoamento de funções e serviços públicos.

A partir da interpretação do Art. X, é obtida norma de eficácia

- (A) plena e de efeito cogente.
- (B) limitada e de princípio institutivo.
- (C) limitada e de princípio programático.
- (D) contida e de aplicabilidade imediata.
- (E) exortativa e de aplicabilidade imediata.

Noções de Direito Administrativo

41

A Polícia Federal, após complexa investigação, logrou prender João, líder da organização criminosa *Alfa*, o qual se encontra, atualmente, custodiado no estabelecimento prisional estadual *Beta*, no âmbito do Estado *Sigma*.

Em razão da grande repercussão dos fatos na imprensa, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados pretende convocar três diferentes autoridades, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, relacionado à segurança pública, quais sejam:

- I. André, Ministro de Justiça e Segurança Pública;
- II. Cloves, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e especialista em Segurança Pública;
- III. Tiago, diretor do estabelecimento prisional estadual *Beta*, onde João está acautelado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a CSPCCO da Câmara dos Deputados poderá convocar

- (A) André, mas não Cloves e Tiago.
- (B) André e Tiago, mas não Cloves.
- (C) Tiago, mas não André e Cloves.
- (D) Cloves e Tiago, mas não André.
- (E) André, Cloves e Tiago.

42

O Decreto Estadual nº 69.474/2025, ao dispor sobre o conflito de interesses no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, aduz que conflito de interesses é a situação gerada pelo confronto entre os interesses públicos e privados, que pode comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto Estadual nº 69.474/2025, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A configuração de conflito de interesses depende da existência de lesão ao patrimônio público, proveito pessoal ou vantagem de qualquer espécie pelo agente público ou terceiro.
- () Nas relações públicas institucionais entre autoridades nacionais e estrangeiras, inexistente conflito de interesses.
- () O conflito de interesses potencial, isoladamente, não enseja a imposição de sanção.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – F.

43

João, agente público, agindo com dolo, praticou, no âmbito da Administração Pública e com recursos do erário, ato de publicidade em contrariedade aos mandamentos constitucionais – que exigem o caráter educativo, informativo ou de orientação social da propaganda –, de forma a promover inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos e de programas dos órgãos públicos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que, em caso de condenação, João estará sujeito, entre outras, à sanção de

- (A) proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo não superior a quatro anos.
- (B) pagamento de multa civil de até dezoito vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (C) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- (D) suspensão dos direitos políticos por até doze anos.
- (E) perda da função pública.

44

Nos termos da Lei de Proteção de Dados Pessoais, o legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam, a apoiar e promover as atividades do controlador e a proteger, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.709/2018, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados.
- () O controlador poderá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse, observados os segredos comercial e industrial.
- () A autoridade nacional poderá requisitar ao controlador relatório de impacto à proteção de dados pessoais, a ser fornecido no prazo de quarenta e oito horas, quando o tratamento tiver como fundamento seu interesse legítimo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – F – F.

45

O pedido de informações deverá ser apresentado por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, presencialmente ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) de órgão ou entidade ou por qualquer meio legítimo que contenha a identificação do interessado e a especificação da informação requerida.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Decreto Estadual nº 68.155/2023, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os pedidos apresentados presencialmente ou por outros meios deverão ser imediatamente registrados pelo Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.
- II. O interessado poderá optar pela preservação de suas informações cadastrais inseridas na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.
- III. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes do pedido de informações de interesse público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

46

A sociedade empresária *Alfa* está participando de processo licitatório em curso, visando à celebração de contrato administrativo com a empresa pública *Beta*, em observância às formalidades legais.

Durante a licitação, contudo, surgiram preocupações entre os integrantes da entidade privada sobre o regramento aplicável à eventual situação que demande a alteração da avença administrativa.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, analise as afirmativas a seguir.

- I. A variação do valor contratual, para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido, caracterizam alteração do contrato, exigindo a celebração de aditamento.
- II. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas até a data da apresentação da proposta, com repercussão nos preços contratados, implicarão, a critério do Poder Público, a revisão desses valores para mais ou para menos, conforme o caso.
- III. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

47

O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído, dentre outros, com o documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

Considerando a Lei nº 14.133/2021, acerca dos parâmetros e dos elementos descritivos que o termo de referência, documento necessário para a contratação de bens e serviços, deve conter, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A fundamentação da contratação consiste na referência aos estudos técnicos preliminares ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.
- II. O modelo de execução do objeto consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos, desde o seu início até o seu encerramento.
- III. A definição do objeto inclui sua natureza, seus quantitativos, seu prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

48

O Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica é um instrumento de orientação e governança pública a ser observado, em suas relações internas e externas, como referencial ético e de integridade pelos agentes públicos estaduais, sem prejuízo da incidência dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

Considerando as disposições do Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo, as opções a seguir apresentam condutas esperadas dos agentes públicos, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Atender ligações e solicitações para participar de reuniões ou de atividades relacionadas às suas competências, durante o horário de expediente ou fora dele, quando o interesse público exigir.
- (B) Utilizar os sistemas eletrônicos a que tenham acesso em razão de suas atribuições, exclusivamente para o desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento de deveres funcionais.
- (C) Compartilhar, sempre que permitido, informações úteis ao desenvolvimento ou à melhoria dos fluxos de trabalho.
- (D) Portar-se de maneira discreta e guardar reserva sobre assuntos tratados no ambiente de trabalho.
- (E) Comunicar, imediatamente, ao canal adequado, a ocorrência de fato ou ato contrário à legislação.

Administração Pública e Políticas Públicas

49

O planejamento estratégico na Administração Pública é um processo contínuo que orienta a definição de rumos, prioridades e ações voltadas ao cumprimento da missão institucional.

Nesse contexto, os objetivos estratégicos traduzem os resultados a serem alcançados, sendo monitorados por indicadores de desempenho que permitem avaliar a efetividade da gestão.

Considerando as características dos objetivos estratégicos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apresentam natureza qualitativa, em razão de a Administração Pública não ter finalidade lucrativa.
- (B) Expressam metas ambiciosas e de longo alcance com formulação técnica sofisticada de compreensão.
- (C) São predominantemente quantitativos, voltados à mensuração do retorno sobre o investimento.
- (D) Configuram desdobramentos autônomos da missão, formulados de maneira independente dos valores organizacionais.
- (E) Concentram-se no nível tático, visando à maior aderência e evitando a sobreposição de competências com a alta administração.

50

Em uma reunião de avaliação *ex ante* de uma política pública, a equipe técnica notou que os indicadores escolhidos abrangeriam uma grande quantidade de aspectos do programa, incluindo detalhes que pouco influenciariam no resultado esperado.

Diante disso, concluíram que seria necessário limitar os indicadores aos elementos realmente essenciais do fenômeno, evitando dispersão e excesso de informação.

Sobre o caso narrado, assinale a opção que apresenta o critério de qualidade do indicador que está sendo discutido.

- (A) Cobertura.
- (B) Seletividade.
- (C) Estabilidade.
- (D) Independência.
- (E) Homogeneidade.

51

Em estudos sobre corrupção e políticas públicas, considera-se que, além do ambiente institucional e dos fatores organizacionais, a liderança antiética desempenha um papel crucial na incidência de corrupção.

Com base nessa premissa, assinale a opção que melhor descreve a conduta pela qual um líder antiético favorece a incidência de corrupção e, simultaneamente, inibe a qualidade das políticas públicas.

- (A) Servir de ponte entre agentes e grupos, promovendo a formação de redes de troca ilícita e, ao mesmo tempo, manipular a cultura organizacional para normalizar comportamentos corruptos entre os subordinados.
- (B) Reconhecer os valores organizacionais e preservar os rituais formais de governança, resultando em uma corrupção que se oculta sob a aparência de conformidade institucional.
- (C) Articular esquemas informais e autônomos de corrupção fora dos processos formais, de modo que os mecanismos organizacionais permaneçam aparentemente intactos e as políticas públicas conservem uma fachada de coerência e legitimidade.
- (D) Restringir sua atuação a incentivos extrínsecos elevados – bônus, privilégios ou recompensas materiais –, sem promover qualquer mudança na cultura ou nos valores institucionais, porque, dessa forma, as políticas públicas permanecem inalteradas e o impacto corrosivo sobre a qualidade das políticas fica subestimado.
- (E) Substituir os canais formais e os colegiados por uma vigilância individual intensiva – mantendo intacta a fachada institucional –, de modo que, o tecido relacional e de responsabilidade transita por redes paralelas de supervisão e convivência, ainda que a política pública aparente siga critérios racionais.

52

O orçamento participativo é um importante instrumento de democratização da gestão pública, pois permite à população propor e deliberar sobre prioridades de investimento em áreas como saúde, educação, saneamento e transporte.

As opções a seguir apresentam virtudes desse modelo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Incremento do controle social.
- (B) Nível de confiança intensificado.
- (C) Aumento da racionalidade administrativa.
- (D) Fortalecimento da democracia deliberativa.
- (E) Risco de manipulação por interesses locais.

53

Com o objetivo de aprimorar a transparência e fortalecer os mecanismos de controle de procedimentos operacionais, o Governo do Estado do Rio de Janeiro encomendou um relatório de análise de política pública para avaliar a adoção de câmeras corporais (*body cameras*) nos uniformes dos policiais militares.

As quatro alternativas analisadas foram:

- I. manutenção do *status quo* (sem câmeras);
- II. projeto piloto no 39º Batalhão da Polícia Militar (BPM), localizado no município de Belford Roxo;
- III. projeto-piloto no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), unidade de elite da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) especializada em intervenções táticas de alta complexidade;
- IV. implementação em toda a corporação da PMERJ, composta por 46.135 policiais, dos quais 30.756 (66%) atuam em atividades operacionais e seriam equipados com câmeras configuradas no perfil técnico do *Audio Video Capture Police Tactical Integrated Body Device for Military Armed Response Force*.

O analista conduziu uma análise multicritério representada na seguinte matriz de tomada de decisão:

Critério	Indicador	Peso	Status quo		Projeto piloto Belford Roxo		Projeto piloto BOPE		Aplicação em toda a PMERJ	
			Nota	Nota ponderada	Nota	Nota ponderada	Nota	Nota ponderada	Nota	Nota ponderada
Custo-efetividade	Custo / Vidas potencialmente salvas	20%	1	0,2	0,45	0,09	0,8	0,16	0,03	0,006
Simplicidade	Probabilidade de desvirtuamento de implementação	20%	1	0,2	0,77	0,15	0,44	0,09	0,07	0,014
	Probabilidade de manutenção da política no médio prazo	20%	0,20	0,04	0,93	0,19	0,50	0,1	0,17	0,034
Viabilidade política	Percentual de apoio de atores relevantes	40%	0,466	0,19	0,66	0,27	0,333	0,13	0,133	0,053
TOTAL		100%		0,63		0,70		0,48		0,11

Fonte: SECCHI, Leonardo. *Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2024. E-book. p. 93. ISBN 9786555582413.

Com base na matriz de tomada de decisão do programa de *body cameras* na PMERJ, é correto afirmar que o projeto-piloto, em Belford Roxo, foi a alternativa recomendada, porque

- (A) teve nota máxima em custo-efetividade, compensando o baixo desempenho em simplicidade e viabilidade política.
- (B) destacou-se no critério de simplicidade, que respondeu a cerca de 50% da nota total obtida (0,70) na matriz.
- (C) manteve notas ponderadas próximas entre os principais critérios, o que indicou equilíbrio técnico e robustez decisória.
- (D) obteve a maior nota total, impulsionada pelo peso combinado de 80% dos critérios de simplicidade e viabilidade política.
- (E) apresentou o menor custo por vida salva e o maior apoio político, resultando na nota mais elevada das alternativas analisadas.

54

O Decreto Estadual nº 68.159/2023 instituiu a Política de Governança da Administração Pública Direta e Autárquica do Estado de São Paulo, estabelecendo que a boa governança deve ser assegurada por três mecanismos complementares: liderança, estratégia e controle.

Assinale a opção que apresenta a condição mínima que deve ser garantida pelo mecanismo da liderança.

- (A) Inovação.
- (B) Estabilidade.
- (C) Integridade.
- (D) Transparência.
- (E) Economicidade.

Legislação institucional da CGE-SP e mecanismos de integridade

55

No âmbito de determinada estrutura orgânica da Administração Pública direta do Estado de São Paulo, surgiram dúvidas em relação aos contornos gerais dos denominados dados abertos, considerando a necessidade de implementação da política homônima adotada no âmbito do Poder Executivo.

Sobre as características desses dados, avalie os itens a seguir.

- I. Há acesso livre a qualquer pessoa, independentemente da demonstração de interesse pessoal, armazenados em meio físico ou digital.
- II. Estão estruturados em formato aberto, disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização.
- III. São processáveis por máquina.

À luz do Decreto nº 68.769/2024, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

Pedro, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito de uma autarquia do Estado de São Paulo, sem agentes subordinados a ele, tinha dúvidas se determinada relação profissional, mantida fora do ambiente público e para a qual o respectivo regime jurídico não estabelecia vedação expressa, configurava, ou não, conflito de interesses.

Ao analisar o Decreto nº 69.474/2025, Pedro concluiu corretamente que deve

- (A) consultar a Controladoria Geral do Estado, que proferirá decisão irreversível.
- (B) consultar a unidade de gestão de integridade da autarquia para dirimir a dúvida.
- (C) consultar o Sistema Eletrônico Paulista de Conflito de Interesses, que cataloga conflitos dessa natureza.
- (D) consultar a Controladoria Geral do Estado, que proferirá decisão sujeita a recurso ao Chefe do Poder Executivo.
- (E) levar o fato ao conhecimento do seu superior hierárquico por meio de procedimento interno, o qual avaliará a configuração, ou não, do conflito.

57

Foi recebida uma denúncia de irregularidade, de representante anônimo, no âmbito de certa unidade de apuração preliminar no Estado de São Paulo, que revelou a gravidade dos fatos na perspectiva administrativa, os quais apontavam para uma ruptura com a juridicidade.

Por outro lado, também observou a insuficiência das informações e a possibilidade de serem obtidos elementos mínimos de autoria e materialidade da infração disciplinar, por meio de uma apuração interna. Sugeriu à autoridade competente, considerando esse quadro, a instauração de apuração preliminar.

Sobre a hipótese, à luz da sistemática estabelecida no Decreto nº 69.122/2024, assinale a afirmativa correta.

- (A) O caráter anônimo da denúncia impede que a autoridade competente acolha a sugestão.
- (B) O ato de instauração da apuração preliminar, que é dispensado de publicação, deve ser fundamentado e delimitará o escopo da investigação.
- (C) A apuração preliminar somente pode ser realizada após a apresentação de esclarecimentos iniciais dos implicados, que devem influir na instrução do expediente.
- (D) A insuficiência da instrução da notícia de irregularidade deve redundar no seu arquivamento, salvo se o representante informou onde as provas podem ser obtidas.
- (E) A apuração preliminar deve preservar a dignidade dos envolvidos e é regida pelos princípios da informalidade e da celeridade, devendo ser concluída em 30 dias.

58

No âmbito da Administração Pública direta do Estado de São Paulo, foi analisada a juridicidade da nomeação de uma pessoa para ocupar cargo em comissão, pessoa esta que tem relação de parentesco por afinidade de terceiro grau com um Secretário de Estado.

A respeito dessa nomeação, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 68.829/2024, assinale a afirmativa correta.

- (A) É ilícita, ainda que a pessoa não atue na área de influência do Secretário com o qual mantém relação de parentesco.
- (B) Pode ser realizada, pois o nepotismo somente está configurado caso haja relação de parentesco até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.
- (C) É lícita, caso tenha antecedido a assunção da Secretaria pelo parente por afinidade de terceiro grau, ainda que atue em sua área de influência e sob sua chefia imediata.
- (D) Pode ser realizada na área de influência do Secretário com o qual mantém relação de parentesco, desde que razões de mérito, certificadas pela Controladoria Geral do Estado, justifiquem a nomeação.
- (E) É lícita, ainda que a pessoa atue na área de influência do Secretário com o qual mantém relação de parentesco, mas sem relação de chefia imediata, desde que realizada anteriormente ao início do vínculo familiar.

59

Sobre as atividades desempenhadas pelo Auditor Estadual de Controle de São Paulo, segundo os balizamentos da Lei Complementar estadual nº 1.419/2024, avalie os itens a seguir e assinale (V) para o verdadeiro e (F) para o falso.

- () Solicitar que a Secretaria Estadual de Transparência monitore o cumprimento da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo.
- () Emitir parecer nos recursos interpostos contra as negativas de acesso à informação por órgãos ou entidades do Poder Executivo, subsidiando a decisão do Governador do Estado.
- () Subsidiar a atuação da Polícia Civil na adoção das medidas necessárias à proteção de denunciadores de irregularidades e ilícitos contra a Administração Estadual, visando à celebração de instrumentos antirretaliação.

Os itens são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – F.

60

Determinado agente público da Administração Pública direta do Estado de São Paulo foi comunicado de que um agente privado, que admirava sua atuação funcional, iria comparecer à repartição pública e lhe ofertaria um presente.

Ao analisar os balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 69.475/2025, o agente público concluiu corretamente que

- (A) somente é vedado o recebimento do presente caso o agente privado tenha interesse direto ou indireto em decisão sua ou de colegiado do qual participe.
- (B) é vedado o recebimento do presente caso o agente público tenha atuado em situação de interesse direto ou indireto do agente privado, nos últimos cinco anos.
- (C) é possível o recebimento do presente, na hipótese de inviabilidade da recusa ou de devolução imediata, o que exigirá o seu registro e a entrega a órgão específico.
- (D) é possível o recebimento do presente, caso seja de valor módico e o agente público tenha praticado ato, reconhecido em procedimento interno, de grande impacto social.
- (E) somente é vedado o recebimento do presente caso o agente privado, familiar até o terceiro grau ou pessoa jurídica da qual participe, tenha interesse direto na atuação do agente público.

Questão Discursiva (Manhã)

Em novembro de 2025, durante auditoria realizada pela Controladoria Geral do Estado de São Paulo, constatou-se que a sociedade empresária *Alfa*, por intermédio do sócio administrador Caio, vem dificultando a atividade de investigação e fiscalização dos órgãos públicos competentes estaduais. Registre-se que os atos estão sendo praticados no interesse, não exclusivo, da referida pessoa jurídica.

Considerando a repercussão dos fatos na imprensa nacional, em razão da musculatura financeira da entidade privada, você, na qualidade de Auditor Estadual de Controle, foi incumbido de confeccionar parecer sobre as particularidades da Lei Anticorrupção. Para tanto, leve em consideração as seguintes informações:

- I. não há qualquer processo administrativo ou judicial em curso, visando à apuração das ações de Caio, na qualidade de sócio administrador da sociedade empresária *Alfa*;
- II. a entidade privada pretende realizar operação societária de fusão com outro grupo empresarial;
- III. há interesse na celebração de um acordo de leniência;
- IV. existe preocupação com eventual caracterização do instituto da prescrição.

Com base no cenário hipotético narrado e considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, **apresente, na qualidade de Auditor Estadual de Controle, o parecer indicado, analisando, fundamentadamente, os pontos abaixo elencados.**

- a) **A natureza da responsabilidade civil e administrativa da sociedade empresária *Alfa*, indicando se a referida entidade pode ser responsabilizada antes de que Caio, sócio administrador, seja objeto de processo administrativo ou judicial.**
- b) **As consequências de eventual fusão com outro grupo empresarial, para fins de responsabilização da sociedade empresária *Alfa*.**
- c) **As sanções que podem ser aplicadas, na esfera administrativa, à sociedade empresária *Alfa*.**
- d) **O prazo prescricional aplicável ao caso apresentado.**
- e) **Os requisitos que devem estar positivados para que a sociedade empresária *Alfa* possa celebrar um acordo de leniência com o Poder Público.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

Realização

